

**AO JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

**URGÊNCIA: RISCO DE MORTE**  
**INTERNAÇÃO HOSPITALAR EM LEITO DE UTI**

**NOME, brasileiro, divorciado, aposentado, natural de Teófilo Otoni - MG, filho de fulano de tal e de fulana de tal, nascido em xxxxxx, titular do Documento de Identidade n. xxxx e do CPF nº xxxxxx, residente e domiciliado na Quadra xx, Lote xx, Lunabel 3-B, xxxxx, CEP: xxxxx, telefonesxxxx, xxxx e xxxx, e-mail: xxxxx@mai.com, vem à presença desse Juízo, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxxxxxxxx, propor**

**AÇÃO DE CONHECIMENTO**  
**COM PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA**

em desfavor do xxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. xxxxx, que deverá ser intimado e citado na pessoa do Procurador-Geral do xxxxxxxx, que pode ser encontrado no SAM, Projeção I, Edifício Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, CEP xxx, telefone (xx) xxxx, e-mail: xxxxxxxx@pg.df.gov.br, pelas razões a seguir expostas.

**I - COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR DEMANDAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:**

Ao julgar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas referente ao processo n. xxxxxxxxxxxxxx, a Câmara de Uniformização dessa Corte de Justiça, para os efeitos do art. 985 do Código de Processo Civil, fixou as seguintes teses jurídicas:

A) Nos casos que envolvam pedido de internação em leito de UTI ou fornecimento de medicamento, eventual incapacidade temporária daquele que esteja acometido de alguma patologia, não afasta a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

B) As ações que têm como objeto o fornecimento de serviços de saúde não encerram, por si só, complexidade apta a afastar a competência do Juizado Especial

Fazendário, ressalvada a necessidade de produção de prova complexa a atrair a competência do Juízo de Fazenda Pública;

C) Considerando que as ações que têm como objeto o fornecimento de serviços de saúde, inclusive o tratamento mediante internação, encartam pedido cominatório, o valor da causa, fixado de forma estimativa, é irrelevante para fins de definição da competência (TJDFT, Acórdão n.1023716, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Câmara de Uniformização, Data de Julgamento: 29/05/2017, Publicado no DJE: 12/06/2017. Pág.: 534).

Inferre-se desse julgado que, em regra, a competência para processar e julgar ações que têm como objeto o fornecimento de serviços de saúde é dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Todavia, quando a parte requerente for incapaz, a competência para processar e julgar a causa será de uma das Varas de Fazenda Pública. Com efeito, o sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, pelos Juizados Especiais Federais e pelos Juizados Especiais da Fazenda Pública (art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal n. 12.153/2009 – Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública). Por se tratar de um sistema, as normas que regulam os Juizados Especiais Estaduais (Lei Federal n. 9.099/95), os Juizados Especiais Federais (Lei Federal n. 10.259/2001) e os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei Federal n. 12.153/2009) se complementam e devem ser interpretadas em conjunto, nos termos do art. 27, da Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Precisamente por essa razão, aplica-se aos Juizados Especiais da Fazenda a norma do art. 8.º da Lei dos Juizados Especiais Estaduais, quanto à impossibilidade de o incapaz litigar perante os Juizados Especiais. Assim, nas causas em que é parte pessoa incapaz, ainda que o objeto da demanda refira-se ao fornecimento de serviços de saúde, não haverá competência de Juizado Especial da Fazenda Pública.

A jurisprudência das duas Câmaras Cíveis do TJDFT acolhe esse entendimento e afirma que a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública deve ser analisada considerando as disposições contidas na Lei nº 9.099/95, que, em seu art. 8º, veda expressamente que o incapaz figure como parte nos processos de competência dos Juizados Especiais (Acórdão n.1026062, 07056225720178070000, Relator: GISLENE PINHEIRO, 1ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 22/06/2017, Publicado no DJE: 27/06/2017; Acórdão n.1024520, 07042394420178070000, Relator: CESAR LOYOLA, 2ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 14/06/2017, Publicado no DJE: 22/06/2017).

Diante disso, a parte requerente pede seja fixada a competência de um dos Juízos **da Vara da xxxxxxxxxxxxxxxx** para processar e julgar esta demanda, pois a parte requerente **não é incapaz**.

## **II - DIREITO DE ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA:**

A parte autora não possui condições de arcar com os custos financeiros do processo e os honorários advocatícios, em caso de eventual sucumbência, conforme declaração de hipossuficiência anexa.

Diante disso, pede a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, nos moldes preconizados pelo art. 98 do CPC.

### III - DA NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE CURADORIA ESPECIAL PARA OS FINS DO PROCESSO:

**Fulano de tal**, que é **filho** da parte requerente, deve ser considerado apto a representá-la em Juízo, ao menos para o deferimento da tutela de urgência neste feito, pois esta se encontra **internada em unidade hospitalar**, necessitando ser transferida para leito de **Unidade de Tratamento Intensivo**, e, portanto, se encontra impossibilitada de comparecer na sede desta Defensoria Pública.

Por isso, pede-se que seja observado o disposto no art. 72, inc. I, do CPC/2015, de maneira a constituir a referida pessoa como curador especial da parte requerente, para os fins deste processo.

### IV - FUNDAMENTOS FÁTICOS DA DEMANDA:

A parte autora, com **66 anos de idade**, encontra-se internada no **HOSPITAL REGIONAL DE XXXXXX**, e, para manutenção de sua vida, e precisa ser transferida imediatamente para leito de **Unidade de Terapia Intensiva** com suporte que atenda as suas necessidades, uma vez que corre **RISCO DE MORTE**.

O relatório expedido pela **Dra. (CRM/XXXXX)**, informa o estado de saúde atual da parte requerente, bem como a **necessidade de transferência para leito de UTI ADULTO COM SUPORTE QUE ATENDA SUAS NECESSIDADES**.

Após solicitação de informações junto à Central de Regulação de Internação Hospitalar da Secretária de Saúde, nesta data, por meio do Ofício n. **XXXX/2017**, esta Defensoria Pública foi informada de que **não há disponibilidade** do leito necessário na rede pública, conveniada e/ou contratada, conforme consta em documento anexo.

A parte autora e seus familiares **não possuem recursos econômicos suficientes** para arcar com os elevados custos da transferência e da internação da parte autora em leito de UTI de hospital particular.

A existência de relatório firmado por médico integrante da rede pública de saúde local que informa a gravidade de seu quadro clínico, a informação de inexistência de vaga em leito de UTI na rede pública, conveniada e/ou contratada, bem como a impossibilidade de custeio da internação em hospital particular evidenciam o interesse de agir e a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

### V - FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA DEMANDA:

A pretensão da parte requerente está amparada nos arts. 196 e 198, inc. II, da Constituição Federal de 1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(...) Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

A pretensão da parte requerente também possui guarida no art. 204, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal:

Art. 204. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem:

I - ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a redução do risco de doenças e outros agravos;

II - ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para sua promoção, prevenção, recuperação e reabilitação:

§2º As ações e serviços de saúde são de relevância pública e cabe ao Poder Público sua normatização, regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, por meio de serviços públicos e, complementarmente, por intermédio de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nos termos da lei.

## **VI - PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA:**

O art. 300, do CPC/2015, afirma que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A probabilidade do direito está respaldada pelas disposições constitucionais e legais que afirmam a responsabilidade do DISTRITO FEDERAL em prover os cuidados de saúde demandados pela parte autora.

O risco de dano grave e irreparável à parte autora está demonstrado no relatório médico acostado aos autos, que aponta a necessidade de obtenção do tratamento ora postulado, a urgência do caso e os riscos de agravamento de seu quadro clínico, decorrentes da demora no atendimento da parte.

## **VII - DOS PEDIDOS:**

Com essas considerações, pede-se:

**a)** a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC/2015, por ser a parte autora economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;

**b) a tramitação prioritária do feito, em razão de a parte requerente ter idade igual ou superior a 60 anos (art. 1.048, inc. I, do CPC/2015);**

**c)** a designação de **fulano de tal**, como curador especial, para os fins desse processo, nos termos do art. 72, inc. I, CPC/2015;

**d) a concessão da TUTELA DE URGÊNCIA** com imediata intimação do Réu e da Secretaria de Estado de Saúde por meio da **CENTRAL DE REGULAÇÃO DE LEITOS DE UTI** (Call Center situado na SCIA, Quadra 15, Conjunto 03, Lote 11, Cidade do Automóvel, SAI, CEP 71.250-015), para realizar a **IMEDIATA INTERNAÇÃO** da parte requerente em leito de **UTI ADULTO COM SUPORTE QUE ATENDA AS SUAS NECESSIDADES**, em qualquer hospital da rede pública, ou, no caso de impossibilidade, em qualquer hospital da rede particular, com todo o tratamento (transferência, cirurgia, medicamentos, exames, apartamento, enfermaria, etc.) às expensas do Réu, até recuperação de sua saúde ou até que possa ser transferida para qualquer hospital do SUS;

**e)** a realização de diligência em horário especial, nos termos do art. 212, § 1º, do CPC/2015;

**f)** a intimação do representante do Ministério Público;

**g) a procedência do pedido, de maneira a confirmar a TUTELA DE URGÊNCIA, por meio de sentença,** e a condenação do Distrito Federal a realizar a **IMEDIATA INTERNAÇÃO** da parte requerente em leito de **UTI ADULTO COM SUPORTE QUE ATENDA AS SUAS NECESSIDADES**, em qualquer hospital da rede pública, ou, no

caso de impossibilidade, em qualquer hospital da rede particular, com todo o tratamento (transferência, cirurgia, medicamentos, exames, apartamento, enfermaria, etc.) às expensas do Réu, até recuperação de sua saúde ou até que possa ser transferida para qualquer hospital do SUS; e

**h)** a condenação do DISTRITO FEDERAL ao pagamento dos encargos sucumbenciais em prol do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do DF, de conformidade com o decidido na **Ação Rescisória nº 1937, julgada pelo STF**, e nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007, e do Decreto Distrital nº 28.757/2008.

#### **VIII - PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS:**

A parte requerente protesta provar o alegado por todos os meios juridicamente admitidos, a serem oportunamente especificados.

#### **IX- INDICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA:**

Atribui-se à causa o valor de **R\$ xxxx (xxxxxxxx)**. A Câmara de Uniformização do TJDF, no julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 2016.00.2.024562-9, firmou a tese de que as ações que têm como objeto o fornecimento de serviços de saúde, inclusive o tratamento mediante internação, encartam pedido cominatório, e, por isso, o valor da causa deve ser fixado de forma estimativa. Como a presente demanda cominatória não possui conteúdo econômico imediatamente aferível, atribui-se à causa, por estimativa, o valor anteriormente mencionado. Caso o entendimento desse Juízo divirja quanto ao valor dado à causa, pede-se que este seja corrigido de ofício, nos termos do art. 292, §3º, do CPC/2015.

**MARCELO GERALDO DE ALMEIDA**

Representante do autor

**NOME DO ESTAGIÁRIO/COLABORADOR**

ESTAGIÁRIO/COLABORADOR/xxxxx

**xxxxx**

Defensor Público do xxxxxx